



Prova escrita objetiva e discursiva – Nível Superior

Analista Judiciário - Área Especializada - Psicólogo

TIPO 1 – BRANCA

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas e a folha de texto definitivo da redação;
 - esse caderno de prova contendo **50** questões objetivas, cada qual com **5 (cinco)** alternativas de respostas (A, B, C, D e E) e o tema da redação;
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber a folha de respostas da prova objetiva você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas;
 - marcar na folha de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer modelo, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **4 (quatro)** horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e de elaboração do texto definitivo da redação.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- Somente após decorrida **uma hora** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova sem, contudo, levar o caderno de provas.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala, a folha de texto definitivo da redação e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **20/10/2014**, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjgo14.
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será de 0h do dia **21/10/2014** até as 23h59 do dia **22/10/2014**, observado o horário oficial, no endereço www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjgo14, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Língua Portuguesa

Texto 1 – Um Brasil livre de preconceito

Ideli Salvatti – *O Globo*, 4/09/2014

As principais democracias do mundo têm inscrito em suas Constituições os direitos fundamentais dos cidadãos. Direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais figuram entre as condições básicas para a vida em sociedade tal como a conhecemos hoje. Mas nem sempre foi assim. Muitos dos direitos hoje considerados universais somente foram conquistados após muito esforço e muita luta. Como exemplo, basta citar o voto feminino no Brasil, só garantido em lei no ano de 1934.

Atualmente, podemos dizer que o Brasil elevou os direitos políticos, civis, econômicos e culturais a patamares inéditos, avançando rapidamente na realização progressiva deles. E assim surge o desafio de avançarmos nos chamados direitos de quarta geração, que englobam os direitos das mulheres, dos negros e da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), entre outros.

1

Inferir-se da leitura do texto 1 que:

- (A) o Brasil é o país mais atrasado, entre as democracias, no que diz respeito à garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos;
- (B) sem os direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais, a vida em sociedade seria impossível;
- (C) o voto feminino no Brasil exemplifica um direito político de quarta geração, só conseguido com esforço e luta;
- (D) a sociedade mudou profundamente a partir da conquista do voto feminino no Brasil;
- (E) sem esforço e luta, os direitos fundamentais dos cidadãos estariam inscritos nas Constituições, mas sem aplicação social.

2

“As principais democracias do mundo têm inscrito em suas Constituições os direitos fundamentais dos cidadãos. Direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais figuram entre as condições básicas para a vida em sociedade tal como a conhecemos hoje”.

A observação correta sobre um dos componentes desse segmento do texto 1 é:

- (A) a forma verbal “têm inscrito” deveria estar grafada “têm inscritos”, já que se refere a “direitos”;
- (B) a forma plural “cidadãos” poderia estar grafada “cidadões”, já que são dois os plurais possíveis;
- (C) o termo “em suas Constituições” poderia aparecer entre vírgulas, já que se trata de um adjunto adverbial deslocado;
- (D) após o termo “culturais” deveria ser colocada uma vírgula, pois aí se encerra uma enumeração;
- (E) a forma verbal “conhecemos” é inadequada ao contexto e deveria ser substituída pela forma passiva “é conhecida”.

3

“Como exemplo, basta citar o voto feminino no Brasil, só garantido em lei no ano de 1934”.

Nesse segmento do texto 1, o vocábulo “só” é considerado um modalizador e expressa uma opinião do autor do texto; tal opinião pode ser verbalizada do seguinte modo:

- (A) o voto feminino foi garantido em lei de forma isolada, sem que outros direitos o acompanhassem;
- (B) o voto feminino no Brasil foi garantido em lei em função das lutas travadas pelas mulheres no início do século;
- (C) o voto feminino, apesar de exercido politicamente, foi incluído com atraso entre os direitos fundamentais dos cidadãos;
- (D) o voto feminino foi inserido na nossa Constituição após outras nações já o terem garantido;
- (E) o voto feminino é uma prova da atual elevação de nossos direitos políticos, civis, econômicos e culturais.

4

O segundo parágrafo do texto 1 mostra de forma positiva a conquista de novos direitos considerados fundamentais; a forma linguística de valorização só NÃO inclui:

- (A) o emprego do verbo “elevar” em relação aos direitos políticos;
- (B) a utilização do verbo “avançar” em referência à realização dos direitos citados;
- (C) o uso do adjetivo “progressiva”, considerando os direitos como uma demonstração de progresso;
- (D) a designação de “quarta geração” para os novos direitos, empregando expressão da área tecnológica;
- (E) a indicação de que os novos direitos são um desafio a ser superado pela sociedade.

Texto 2 – Política lucrativa

José Casado, *O Globo*, 26/08/2014

Um dos melhores negócios do mercado brasileiro é ser dono de partido político. Convive-se com 32 deles, dos quais duas dezenas têm bancadas no Congresso. Na essência, diz o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, se transformaram num “agregado de pessoas que querem um pedacinho do orçamento”.

Partido político se tornou ativo financeiro de alto retorno, sem risco e com recursos públicos garantidos por lei, elaborada e votada pelos próprios interessados.

5

Por tratar do partido político como negócio, o texto 2 se apropria de um grupo de vocábulos do jargão econômico; são prova disso:

- (A) agregado / orçamento;
- (B) ativo / retorno;
- (C) risco / lei;
- (D) mercado / partido;
- (E) bancadas / Congresso.

6

Segundo o texto 2, entre os meios de transformar a formação de partidos políticos em negócio lucrativo está a estratégia de:

- (A) pertencer ao partido da maioria no Congresso;
- (B) estabelecer ligações políticas de interesse;
- (C) votar leis que aumentem as dotações orçamentárias;
- (D) eleger poucos representantes para a bancada;
- (E) legislar em causa própria.

Texto 3 – Maravilha!

Veríssimo, *O Globo*, 31/8/2014

Pode-se parafrasear Winston Churchill e dizer da democracia o mesmo que se diz da velhice, que, por mais lamentável que seja, é melhor do que sua alternativa. A única alternativa para a velhice é a morte. Já as alternativas para a democracia são várias, uma pior do que a outra. É bom lembrá-las sempre, principalmente no horário político, quando sua irritação com a propaganda que atrasa a novela pode levá-lo a preferir outra coisa. Resista.

7

Tendo em vista o conteúdo do texto 3, o título dado ao texto deve referir-se:

- (A) à brilhante frase de Winston Churchill;
- (B) à paráfrase de Veríssimo da frase de Churchill;
- (C) ao regime democrático, como o menos ruim de todos;
- (D) à velhice, cuja alternativa é a morte;
- (E) à propaganda eleitoral, que irrita os telespectadores.

8

“É bom lembrá-las sempre, principalmente no horário político, quando sua irritação com a propaganda que atrasa a novela pode levá-lo a preferir outra coisa”.

O segmento abaixo que corresponde corretamente a uma oração desse período do texto 3 é:

- (A) É bom lembrá-las sempre, principalmente no horário político.
- (B) Quando sua irritação com a propaganda.
- (C) Pode levá-lo.
- (D) Levá-lo a preferir outra coisa.
- (E) A preferir outra coisa.

9

“É bom lembrá-las sempre, principalmente no horário político, quando sua irritação com a propaganda que atrasa a novela pode levá-lo a preferir outra coisa”.

Nesse segmento do texto 3, a forma “a preferir” pode ser adequadamente substituída por outra forma oracional, que é:

- (A) à preferência de outra coisa;
- (B) a que você preferisse outra coisa;
- (C) a ser preferida outra coisa;
- (D) a que você prefira outra coisa;
- (E) a ter de ser preferida outra coisa.

Texto 4 – Uma ideia simples

Elio Gaspari, *Folha de São Paulo*, 27/8/2014

Todos os candidatos prometem crescimento e austeridade. Entre os chavões mais batidos vem sempre a reforma tributária, tema complexo, chato mesmo, acaba sempre em parolagem. Promete-se a simplificação das leis que regulam os tributos, e a cada ano eles ficam mais complicados. Uma coletânea da legislação brasileira pesa seis toneladas. Aqui vai uma contribuição, que foi trazida pelo Instituto Endeavor. Relaciona-se com o regime de cobrança de impostos de pequenas empresas, aquelas que faturam até R\$ 3,6 milhões por ano (R\$ 300 mil por mês). É o Simples – pode-se estimar que ele facilita a vida de algo como 3 milhões de empresas ativas.

10

O texto 4 deve ser classificado como:

- (A) narrativo-dissertativo;
- (B) dissertativo-expositivo;
- (C) dissertativo-argumentativo;
- (D) descritivo-narrativo;
- (E) descritivo-dissertativo.

11

“Todos os candidatos prometem crescimento e austeridade”. Essa informação inicial do texto 4:

- (A) mostra a preocupação dominante na ideologia dos candidatos;
- (B) indica certa ironia, já que as palavras e os atos contrariam essa observação;
- (C) demonstra o caminho do raciocínio político que levou à construção do Simples;
- (D) comprova a mesmice de uma campanha, que só aborda a situação econômica do país;
- (E) denuncia a fraqueza ideológica dos candidatos.

12

(1) “Promete-se a simplificação das leis que regulam os tributos, e a cada ano eles ficam mais complicados.”

(2) “Relaciona-se com o regime de cobrança de impostos de pequenas empresas, aquelas que faturam até R\$ 3,6 milhões por ano (R\$ 300 mil por mês).”

(3) “É o Simples – pode-se estimar que ele facilita a vida de algo como 3 milhões de empresas ativas.”

Nesses segmentos do texto 4 ocorre a presença do vocábulo SE; quanto à classificação desse vocábulo nos três segmentos, pode-se afirmar corretamente que possuem:

- (A) a mesma classe em 1, 2 e 3;
- (B) diferentes classes em 1, 2 e 3;
- (C) a mesma classe em 1 e 2;
- (D) a mesma classe em 1 e 3;
- (E) a mesma classe em 2 e 3.

13

Sobre a variedade de linguagem mostrada no texto 4, afirma-se corretamente que ela pertence à linguagem:

- (A) formal, com exemplos de coloquialismo;
- (B) informal, com inserções de gíria;
- (C) regional, com traços de formalidade;
- (D) popular, com falhas gramaticais;
- (E) culta, com marcas de erudição.

14

“Uma coletânea da legislação brasileira pesa seis toneladas”. Essa frase do texto 4:

- (A) elogia a preocupação legal da sociedade brasileira;
- (B) destaca a impossibilidade de conhecerem-se todas as leis;
- (C) mostra a necessidade de atualização do código legal;
- (D) exemplifica um caso de progresso social;
- (E) critica o excesso inútil de legislação.

15

A frase no texto 4 “que foi trazida pelo instituto Endeavor” equivale, na voz ativa, a:

- (A) que o instituto Endeavor traz;
- (B) que o instituto Endeavor trouxe;
- (C) trazida pelo instituto Endeavor;
- (D) que é trazida pelo instituto Endeavor;
- (E) que traz o instituto Endeavor.

Geo-História de Goiás

16

“Em novembro de 1930, o líder civil de um movimento armado de oposição, Getúlio Vargas, tornou-se presidente do Brasil em caráter provisório”. (SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Ed. Paz e Terra. RJ, p. 21)

A Revolução de 1930 mudou inteiramente o processo histórico brasileiro, fazendo ruir as estruturas da chamada “República Velha” ou “Primeira República” no país e deu início a uma nova etapa histórica para o estado de Goiás, na medida em que:

- (A) novas classes políticas assumiram o comando do estado, com novas prioridades, como a higienização e o progresso, alinhadas com a política desenvolvimentista nacional;
- (B) a oligarquia goiana se manteve no poder estadual, porém implementou um modelo desenvolvimentista com o objetivo de inserir o estado de Goiás no mercado internacional;
- (C) após a Revolução de 30, a economia goiana sofreu importantes mudanças, sendo a base agrária gradativamente substituída pelo processo de industrialização;
- (D) a nova elite política goiana, na perspectiva de modernizar o estado a partir de 1930, realizou investimentos prioritários nos municípios menores;
- (E) a aliança entre a burguesia e a elite rural goiana foi refletida na priorização dos investimentos em educação para qualificação de mão de obra no pós-1930.

17

O cerrado contém extensas áreas em condições geoambientais favoráveis à agricultura intensiva e à pecuária, sendo esta historicamente extensiva e dominante espacialmente. Nos anos 60 e 70 do século passado, por essa e outras razões de natureza geopolítica, o cerrado foi alvo de expansão da nova fronteira agrícola, baseada na modernização da agricultura (...) (GOMES, H. e TEIXEIRA NETO, A. Geografia Goiás-Tocantins. Goiânia: UFG, 1993.)

Entre as condições geoambientais do cerrado que favoreceram a expansão da fronteira agrícola, destaca-se:

- (A) a presença do solo de terra roxa, cuja baixa aptidão agrícola foi superada pelo uso de corretivos, que viabilizaram o plantio de grãos;
- (B) o clima tropical estacional quente e semiárido que predomina na região, no qual a baixa precipitação favorece o cultivo de cana;
- (C) a extensa presença de solos hidromórficos que, ao facilitarem o manejo e a mecanização, favoreceram a expansão da agricultura moderna;
- (D) a vegetação característica, de floresta latifoliada densa, que é responsável pela fertilidade do solo através da formação da serapilheira;
- (E) a predominância de latossolos que, apesar da baixa fertilidade, com a aplicação de corretivos e fertilizantes, apresentam boa capacidade de produção.

18

“O Estado de Goiás apresentou elevadas taxas de urbanização e a população urbana, que correspondia a 68% da população total em 1980, passou para 81% em 1991, atingindo 86% em 1996, taxa bastante superior à brasileira para o mesmo ano, que era de 78%.

Segundo dados relativos aos períodos compreendidos entre 1980 e 1991 e 1991 e 1996, o crescimento populacional em Goiás também foi superior ao do país, com taxas de 2,33% e 2,40% ao ano, respectivamente, embora haja grandes diferenças entre suas cinco mesorregiões.” (Fonte: <http://portal.mec.gov.br/>)

O processo de urbanização em Goiás nas últimas décadas foi caracterizado por:

- (A) alterar a hierarquia e a estrutura urbana, ao originar muitos centros regionais, espalhados por todo o estado de Goiás;
- (B) diferenciar-se das décadas anteriores, ao estar desvinculado da dinâmica das atividades agropecuárias modernas;
- (C) originar municípios de grande porte, sendo Goiânia, Anápolis e Lusitânia exemplos com mais de 1 milhão de habitantes;
- (D) apresentar as mais baixas taxas na mesorregião Leste Goiano, em função da ausência de importantes centros urbanos na região;
- (E) promover o crescimento dos problemas sociais de Goiânia, muitos gerados nos municípios vizinhos, dada a polarização exercida pela capital.

19

O Regime Militar brasileiro (1964/1985) produziu em Goiás uma modernização conservadora que se evidencia na:

- (A) formação de diversos polos industriais em todo o Estado, através de investimentos do governo de Irapuan Costa Jr., entre 1975 e 1978;
- (B) expansão do sistema agrícola moderno na região, favorecido com a criação da EMGOPA (Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária);
- (C) modernização dos sindicatos rurais, estimulados pelo governo na administração de Meira Matos, entre 1964 e 1965;
- (D) realização de uma reforma agrária com vistas à expansão das pequenas propriedades durante a administração de Otávio Lage (1966/1970);
- (E) predominância da base agrária de subsistência voltada para o mercado interno, sem investimentos do governo de Irapuan Costa Jr. (1975/1978).

20



(Fonte: www.seplan.go.gov.br)

O Projeto Plataforma Logística Multimodal de Goiás constitui uma rede de facilidades com o objetivo de promover, com maior agilidade, eficiência e menor custo, a movimentação de materiais, produtos e a prestação de serviços relacionados com seus objetivos. Com relação ao projeto, analise as afirmativas a seguir:

I – A Plataforma Logística Multimodal de Goiás está localizada em uma das principais cidades industriais e importante centro logístico do Centro-Oeste brasileiro.

II – A interligação dos modais aeroviário, rodoviário e ferroviário vai permitir um sistema de distribuição tanto rápido quanto eficiente de mercadorias para os mais diversos centros.

III – A localização da plataforma na cidade de Anápolis é favorecida pela presença de mão de obra qualificada, em função de ser o maior centro universitário do estado de Goiás.

Assinale se:

- (A) somente I estiver correta;
- (B) somente II estiver correta;
- (C) somente III estiver correta;
- (D) somente I e II estiverem corretas;
- (E) I, II e III estiverem corretas.

Noções de Direito Constitucional e Administrativo

21

Maria, desconfiada de que seu esposo Antônio a estava traindo, resolveu grampear o celular de seu cônjuge, com fito de interceptar suas comunicações telefônicas, gravando inclusive. Dessa forma, Maria conseguiu comprovar a traição, inclusive, uma ardente conversa de amor entre Antônio e sua amante. Sob o prisma das garantias fundamentais previstas no Art. 5º da Constituição da República de 1988, a conduta de Maria ao proceder diretamente à interceptação telefônica está:

- (A) correta, pois agiu em defesa de sua honra e de sua família;
- (B) correta, desde que junte ao processo judicial de divórcio o inteiro teor das comunicações telefônicas gravadas;
- (C) errada, pois as comunicações telefônicas são sempre invioláveis;
- (D) errada, pois as comunicações telefônicas são invioláveis, salvo, por ordem administrativa, legislativa ou judicial, para fins de instrução processual;
- (E) errada, pois as comunicações telefônicas são invioláveis, salvo, por ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

22

A Constituição da República de 1988 estabelece algumas garantias aos juízes, como a vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após:

- (A) um ano de exercício;
- (B) dois anos de exercício;
- (C) três anos de exercício;
- (D) quatro anos de exercício;
- (E) cinco anos de exercício.

23

A Constituição da República de 1988, em seu Art. 37, *caput*, prevê princípios expressos da administração pública. Dentre eles, o princípio que objetiva, por um lado, a igualdade de tratamento que a Administração deve dispensar aos administrados que se encontrem em idêntica situação jurídica e, por outro lado, a vedação de favorecimento de alguns indivíduos em detrimento de outros, visando ao interesse público, é chamado princípio da:

- (A) isonomia;
- (B) moralidade;
- (C) impessoalidade;
- (D) finalidade;
- (E) eficiência.

24

Joana, professora da rede estadual ocupante de cargo efetivo, requereu ao Secretário de Estado de Educação licença para aprimoramento profissional de professor. Seu pleito foi indeferido ao argumento de carência de professor efetivo na rede estadual, para evitar danos ao interesse público por prejuízo ao regular prosseguimento das aulas. O poder administrativo conferido ao Administrador para aferir a oportunidade e conveniência na análise do requerimento de Joana chama-se poder:

- (A) de polícia;
- (B) discricionário;
- (C) hierárquico;
- (D) regulador;
- (E) disciplinar.

25

De acordo com a Lei Estadual nº 17.663/12, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Goiás, o cargo de Analista Judiciário - Área Especializada compreende:

- (A) os serviços realizados por bacharéis em Direito, abrangendo o processamento e distribuição de feitos, conforme sua natureza, a realização de partilha, a execução de mandados e avaliação;
- (B) os serviços de nível superior, realizados nas escritórios judiciárias de 1º Grau e nas unidades judiciárias de 2º Grau, bem como nas áreas administrativas, de modo a impulsionar os feitos judiciais e administrativos;
- (C) os serviços relacionados com gestão de pessoas, material e patrimônio; licitações e contratos; orçamento e finanças; controle interno e auditoria e outras atividades complementares de apoio administrativo no âmbito do Poder Judiciário;
- (D) a execução de atividades de nível superior para as quais se exige dos titulares dos cargos o devido registro nos órgãos fiscalizadores do exercício de profissões ou o domínio de habilidades específicas, definidas em regulamento próprio;
- (E) a análise e a pesquisa de legislação, doutrina e jurisprudência nos vários ramos do Direito, bem como a elaboração de minutas de despachos, decisões, sentenças, votos e pareceres jurídicos.

Conhecimentos Específicos**26**

Durante décadas, as leis brasileiras partiram da pressuposição de que os cuidados infantis eram atributos naturais da mulher, relegando ao pai o papel de visitante em caso de divórcio ou separação do casal. Tal concepção modificou-se em vista do interesse crescente dos homens em participar dos cuidados infantis, e do direito da criança e do adolescente à convivência familiar. A Lei nº 11.698, de 2008, celebra essa transformação, sendo conhecida também como:

- (A) lei do divórcio;
- (B) lei da paternidade;
- (C) carta magna;
- (D) estatuto da criança e do adolescente;
- (E) lei da guarda compartilhada.

27

Richard Gardner é conhecido por nomear uma síndrome na qual a criança é programada a odiar o genitor sem qualquer justificativa, sofrendo com a campanha difamatória dirigida por alguém que exerce forte influência sobre ela. O termo criado por ele chama-se síndrome de:

- (A) burnout;
- (B) alienação parental;
- (C) transtorno desafiador de oposição;
- (D) münchausen;
- (E) estocolmo.

28

Françoise Dolto, conhecida psicanalista francesa, ressalta em diversos livros a importância de dirigir a palavra à criança enquanto sujeito de desejo, marcado pela linguagem e, logo, pela lei da castração. No contexto de separação dos pais, ela recomenda escutar a criança na perspectiva de:

- (A) considerá-la membro da família, logo, possuidora de deveres filiais;
- (B) sugerir que ela decida com quem deseja ficar, logo, atendendo a sua condição de sujeito de direitos;
- (C) obter subsídios para a decisão judicial, logo, orientando a conclusão das avaliações psicológicas;
- (D) induzi-la a expressar seus sentimentos, logo, considerando a separação entre lei e desejo;
- (E) considerá-la objeto das leis menoristas, logo, subordinada ao Estado.

29

Segundo a psicanálise, podemos conceber a constituição do eu (moi) como unidade psíquica, correlativamente à constituição do esquema corporal na qual a criança se identifica com a imagem do semelhante. J. Lacan relacionou esse primeiro momento da formação do eu com a experiência narcísica fundamental designada como:

- (A) complexo fraterno;
- (B) estádio do espelho;
- (C) metáfora paterna;
- (D) complexo do desmame;
- (E) dialética fálica.

30

Com o advento das sociedades disciplinares, a prisão desponta como sendo a punição por excelência. Contudo, o projeto da técnica corretiva que acompanhou a lógica da detenção punitiva é simultâneo à crítica da prisão e de seus métodos. Assim, segundo Foucault, a promessa de regenerar o apenado através do encarceramento corresponde a uma utopia fracassada, haja vista a prisão:

- (A) reduzir a criminalidade sem modificar a desigualdade social;
- (B) ficar subordinada à autoridade da figura do juiz penal;
- (C) objetivar a delinquência e consolidá-la no fluxo das ilegalidades;
- (D) combater o tráfico de drogas e reduzir a prostituição;
- (E) atender aos anseios da classe burguesa frente ao proletariado.

31

Ao receber as pessoas encaminhadas para serem avaliadas, por determinação judicial, o psicólogo percebeu que uma delas foi seu chefe na instituição onde trabalhou antes de ingressar no tribunal. O psicólogo:

- (A) poderá realizar a avaliação psicológica, já que não existe mais vínculo com tal pessoa;
- (B) poderá realizar a avaliação psicológica, caso não possua vínculos pessoais com tal pessoa;
- (C) deverá realizar a avaliação psicológica, sob risco de descumprir a determinação judicial;
- (D) não poderá realizar a avaliação psicológica, haja vista os vínculos pessoais ou profissionais poderem afetar o trabalho;
- (E) não poderá realizar a avaliação psicológica, tendo em vista a relação hierárquica anterior entre ele e a pessoa.

32

A Resolução CFP nº 008/2010 foi criada com o objetivo de dispor sobre a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário. Segundo tal documento:

- (A) o psicólogo assistente técnico pode estar presente durante a realização dos procedimentos metodológicos que norteiam o atendimento do psicólogo perito, sendo vedado o contrário;
- (B) a relação entre os profissionais deve se pautar no respeito e colaboração, cada qual exercendo suas competências, sendo vedado ao assistente técnico formular quesitos ao psicólogo perito;
- (C) o trabalho pericial poderá contemplar observações, entrevistas, aplicação de testes psicológicos, utilização de recursos lúdicos e outros instrumentos, excetuando-se visitas domiciliares e institucionais, devendo estas serem feitas de forma interdisciplinar;
- (D) em seu relatório, o psicólogo perito apresentará indicativos pertinentes à sua investigação que possam diretamente subsidiar o Juiz na solicitação realizada, reconhecendo os limites legais de sua atuação profissional, sem adentrar as decisões, atribuição exclusiva dos magistrados;
- (E) é vedado ao psicólogo que esteja atuando como psicoterapeuta das partes envolvidas em um litígio atuar como perito, não havendo impedimento para o assistente técnico, desde que não interfira na qualidade e na dinâmica do serviço realizado.

33

A Resolução CFP Nº 007/2003 institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica, tendo como objetivo orientar o profissional na confecção de documentos e fornecer os subsídios éticos e técnicos necessários para a elaboração qualificada da comunicação escrita. Nela, encontram-se as finalidades distintas entre relatório e parecer, sendo que:

- (A) o primeiro visa a informar a ocorrência de fatos ou situações objetivas relacionados ao atendimento psicológico, e o segundo visa a relatar sobre o encaminhamento, as intervenções, o diagnóstico, o prognóstico e a evolução do caso;
- (B) o primeiro visa a apresentar os procedimentos e conclusões gerados pelo processo da avaliação psicológica, e o segundo visa a declarar o acompanhamento psicológico do atendido e as informações sobre as condições do atendimento;
- (C) o primeiro visa a fundamentar sobre uma questão focal do campo psicológico cujo resultado pode ser indicativo ou conclusivo, e o segundo visa a fornecer as informações necessárias relacionadas à demanda, solicitação ou petição;
- (D) o primeiro visa a relatar sobre o encaminhamento, as intervenções, o diagnóstico, o prognóstico e a evolução do caso, e o segundo, fornecer esclarecimento, de forma focal, sobre orientação e sugestão de projeto terapêutico;
- (E) o primeiro visa a apresentar os procedimentos e conclusões gerados pelo processo da avaliação psicológica, e o segundo visa a apresentar resposta esclarecedora de uma questão problema, visando a dirimir dúvidas que estão interferindo na decisão.

34

Michel Foucault identificou, pela análise genealógica, as práticas jurídicas como uma das mais importantes na emergência das formas modernas de subjetividade. Esse autor propõe o reconhecimento das identidades como:

- (A) essências subjetivas que se articulam à introspecção e complexidades internas;
- (B) produções históricas que se constituem pela imbricação e agenciamento de práticas múltiplas;
- (C) expressão do funcionamento cerebral e herança genética que definirão o “eu”;
- (D) expressão comportamental do aprendizado interativo com os meios ambientes interno e externo;
- (E) instrumento para ação cognitiva dos indivíduos inseridos em grupos familiares, escolares e sociais.

35

Apesar de críticas, no universo das Varas de Família, a perícia psicológica ainda é uma das estratégias mais utilizadas pelos juízes nos casos de separação litigiosa com disputa pela guarda dos filhos. Nesses processos a solicitação da perícia define-se primordialmente por:

- (A) mediar os conflitos intra-familiares, buscando estabelecer estratégias de comunicação mais positivas entre os membros do círculo familiar;
- (B) avaliar o nível de conflito e suas consequências para as crianças, encaminhando os componentes do processo para a rede terapêutica;
- (C) atribuir a responsabilidade de cada parte na dissolução da relação conjugal, considerando favoravelmente a concessão da guarda ao cônjuge não culpado pelo término da união;
- (D) formular laudos que expressem a verdade sobre os sujeitos envolvidos, sancionando as condutas imorais e/ou perigosas que possam vir a ser cometidas contra as crianças;
- (E) fornecer subsídios para a decisão judicial, por meio da resposta aos quesitos formulados no processo, o que pode caracterizar um dos genitores como o melhor para o exercício da guarda.

36

Recentes mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente modificaram a sistemática de adoção no Brasil, como a necessária participação dos postulantes à adoção em grupos reflexivos ou a criação do Cadastro Nacional de Adoção. Com relação ao papel das equipes técnicas nesse processo, é correto afirmar que:

- (A) auxiliam os pais a compreender a importância da revelação, trabalhando elementos que facilitem esse momento;
- (B) agenciam a chegada das crianças para os habilitados, considerando a disponibilidade em viajar para outros estados;
- (C) orientam mensalmente a rede de apoio escolar sobre a chegada dos filhos adotivos;
- (D) classificam os atributos desejáveis nas crianças acolhidas, incentivando condutas na interação com os postulantes;
- (E) informam sobre os direitos do adotante, inclusive sobre o direito de conhecer a família biológica e de manter contato.

37

“A negligência significa a omissão de cuidados básicos, como a privação de medicamentos, a falta de atendimento aos cuidados necessários com a saúde, a ausência de proteção contra as inclemências do meio como o frio e o calor e o não provimento de estímulos e condições de frequência à escola”. (Notificação de maus tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde. BRASIL: Ministério da Saúde, 2002).

A definição de negligência proposta pelo Ministério da Saúde faz com que se possa questionar a diferença entre pobreza e negligência, sendo considerado pobreza quando o grau de privação incide:

- (A) sobre um dos filhos;
- (B) sobre todos os filhos não genéticos;
- (C) apenas sobre os filhos adolescentes;
- (D) sobre toda a família;
- (E) sobre alguns membros da família.

38

“De acordo com o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, em 48 pesquisas realizadas com populações de todo o mundo, de 10% a 69% das mulheres relataram ter sofrido agressão física por um parceiro íntimo em alguma ocasião de sua vida”. (Organização Mundial de Saúde. Relatório mundial sobre violência e saúde apud MORGADO, Rosana. Mulheres em situação de violência doméstica In Brandão, Eduardo & Gonçalves, Hebe. Psicologia Jurídica no Brasil. Rio de Janeiro: Nau, 2011).

São fatores que se articulam ao fenômeno da violência contra a mulher:

- (A) a responsabilidade da mulher que não rompe o relacionamento com o agressor, a baixa autoestima das mulheres e a banalização da violência doméstica;
- (B) a dependência econômica das mulheres, a existência de filhos que necessitam do pai e a falta de assistência de uma rede de assistência às vítimas;
- (C) a convivência prolongada com relações de violência, a legitimação social para sua perpetuação e a formação de uma identidade de gênero subordinada;
- (D) a ausência de políticas públicas articuladas sobre o tema, o temor pelo perigo real de morte na ruptura e a convivência das próprias vítimas;
- (E) a complacência social com o fenômeno, os baixos índices de punição dos acusados e o empoderamento das vítimas pela proteção recebida de suas famílias consanguíneas.

39

É conhecido que, antes da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda sob a égide do último Código de Menores, os laudos psicológicos eram atravessados pela busca de patologias individuais que justificassem as medidas a serem aplicadas. Atualmente, entretanto, as intervenções psicológicas buscam se pautar na garantia dos direitos das crianças e adolescentes, tal como preconizado pelo ECA e pela própria Constituição vigente.

Com base nesses argumentos, as intervenções psicológicas que se buscam construir eticamente em Varas de Infância e Juventude nesse momento são:

- (A) laudos periciais da personalidade de casais ou solteiros postulantes à adoção;
- (B) diagnósticos de periculosidade e reincidência de adolescentes infratores;
- (C) avaliações psicopatológicas de crianças e adolescentes acolhidos;
- (D) grupos reflexivos com os pais de adolescentes infratores e com os próprios jovens;
- (E) laudos avaliativos das famílias desestruturadas que tiverem filhos acolhidos.

40

Jacob Lévy Moreno é teórico bastante conhecido por seus estudos em psicologia social e por ser o criador:

- (A) da psicologia dos jogos;
- (B) da psicologia analítica;
- (C) do psicodrama;
- (D) da psicologia simbólica;
- (E) do gestaltismo.

41

“O economista R. V., 38 anos, chamou a polícia após flagrar uma mãe batendo no filho na última quarta-feira (21). O menino nem viu de onde veio a palmada, ficou assustado e parecia muito humilhado. Ficou um bom tempo com a mão no rosto, lamentou o economista que denunciou o caso. O barulho do tapa foi escutado do outro lado da rua pelo vigia que fazia a segurança do restaurante”.

De acordo com a chamada Lei da Palmada:

- (A) o uso do castigo corporal é vedado aos pais, salvo como forma de disciplina e correção de seus filhos;
- (B) é indicado o acolhimento institucional da criança para protegê-la da violência intrafamiliar;
- (C) o conselho tutelar poderá aplicar à mãe a medida de encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;
- (D) ninguém está autorizado a interferir nos métodos educativos dos genitores ou responsáveis pela criança;
- (E) só cabe sanção à mãe da criança se do castigo resultarem marcas físicas ou lesão incapacitante.

42

Crianças criadas na primeira infância em instituições onde são totalmente privadas da mãe e onde os cuidados são dispensados de forma anônima e sem o estabelecimento de um laço afetivo desenvolvem distúrbios graves denominados pelo psicanalista René Spitz de Hospitalismo, cujas características são:

- (A) depressão anaclítica e atraso no desenvolvimento corporal;
- (B) atraso na linguagem e precoce adaptação ao meio;
- (C) apatia e menor resistência às doenças;
- (D) desenvolvimento de um falso self e psicose;
- (E) splitting do ego e deficiência mental.

43

Após sofrer um assalto à mão armada dentro de um ônibus, a professora Mariana passou a apresentar sintomas que perduraram por meses seguidos, impedindo seu retorno para a escola onde lecionava. Considerando o quadro apresentado por Mariana, é correto afirmar que:

- (A) alucinações auditivas de conteúdo persecutório são sintomas característicos do transtorno de estresse pós-traumático;
- (B) a reatividade fisiológica na exposição a indícios externos que lembram algum aspecto do evento traumático é uma forma de reviver o trauma;
- (C) acontecimentos estressores especialmente traumáticos são condições necessárias e suficientes para o desenvolvimento da síndrome do pânico;
- (D) a ansiedade antecipatória com relação às lembranças do evento traumático é conhecida como flashback;
- (E) Mariana desenvolveu um quadro disfuncional de fobia social que pode se tornar incapacitante do ponto de vista profissional.

44

O Sr. João Silva, 66 anos, foi denunciado por fazer uma ligação clandestina de água no condomínio em que é síndico. Considerando a legislação no que concerne às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o Sr. João Silva será:

- (A) inimputável em função de sua idade;
- (B) semi-imputável em função de sua idade;
- (C) passível de interdição judicial;
- (D) capaz de responder por seus atos;
- (E) sentenciado a medida socioeducativa.

45

O consumo inadequado do álcool é um importante problema de saúde pública, acarretando custos para a sociedade e envolvendo questões médicas, psicológicas, profissionais e familiares, com significativas repercussões judiciais.

Considerando os vários aspectos envolvidos nesse problema, pode-se afirmar que:

- (A) a prevenção terciária tem como objetivo retardar o início do uso de álcool ou evitar que ele se instale na população de terceira idade;
- (B) a venda de bebidas alcóolicas a crianças é expressamente proibida pela legislação, sendo a venda a adolescentes condicionada à autorização e supervisão dos pais ou responsável;
- (C) a dependência de álcool na gravidez pode resultar no nascimento de bebês afetados pela síndrome do alcoolismo fetal, com sequelas no desenvolvimento físico e mental;
- (D) a síndrome de abstinência do álcool faz parte das estratégias de redução de danos, que preconizam a oferta de incentivos aos usuários que adotam os Doze Passos do AA;
- (E) os efeitos estimulantes da ingestão de álcool, como euforia, desinibição e loquacidade, são benéficos no tratamento de quadros mais benignos de depressão e ansiedade.

46

Há oito anos, em 07 de agosto de 2006, era aprovada a Lei nº 11.340, conhecida nacionalmente como Lei Maria da Penha. O instrumento legal foi um passo importante para o enfrentamento da violência contra a mulher, alterando o Código Penal em favor daquelas vítimas de violência.

Quanto às formas de violência contra a mulher de acordo com a lei, analise os itens a seguir:

- I – a difamação por mídia virtual;
- II – a proibição de usar métodos contraceptivos;
- III – a destruição de documentos pessoais;
- IV – o cárcere privado;
- V – a agressão física por companheira em relação homoafetiva.

O(s) item(ns) correto(s) é(são):

- (A) somente II;
- (B) somente I, II e IV;
- (C) somente I, III e V;
- (D) somente IV e V;
- (E) I, II, III, IV e V.

47

Sobre o dever dos filhos maiores com relação aos pais, o entendimento legal é de que:

- (A) os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade;
- (B) a maioria extingue o dever familiar, sendo decisão pessoal a assistência aos pais;
- (C) apenas nas hipóteses de curatela e tutela ficam os filhos obrigados a garantir o sustento dos pais;
- (D) a obrigação dos pais com relação aos filhos legalmente reconhecidos é imprescritível, não cabendo obrigação inversa;
- (E) apenas idosos sem laços familiares são objeto da proteção legal e deverão ser amparados pelo Estado.

48

O ecstasy é uma substância alucinógena ilícita cujo uso é frequentemente associado a certos grupos, como os jovens frequentadores de raves. Os usuários relatam sensação de bem estar, alerta e euforia, porém há relatos de mortes pelo uso abusivo dessa substância causadas por:

- (A) distorções perceptivas;
- (B) hipopirexia maligna;
- (C) bradicardia;
- (D) delírios persecutórios;
- (E) hipertermia maligna.

49

A literatura médica registra uma forma grave, rara e de difícil detecção de abuso infantil, em que o responsável, normalmente a mãe, de modo persistente ou intermitente simula de forma intencional sintomas em seu filho ou provoca ativamente doenças, colocando-o em risco e numa situação que requer constante investigação e tratamento. Essa condição é reconhecida como um transtorno psiquiátrico denominado:

- (A) hipocondria;
- (B) transtorno somatoforme;
- (C) histeria de conversão;
- (D) síndrome de munchausen por procuração;
- (E) transtorno de personalidade histriônica.

50

Após o falecimento de Cassia Eller, o pai da cantora e a companheira dela, Maria Eugênia, travaram uma batalha judicial pela tutela do filho de Cassia, o menino Chicão, que era criado pela mãe e pela companheira. A decisão final favorável a Maria Eugênia pode ser analisada como:

- (A) um desdobramento do reconhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça da união estável entre pessoas do mesmo sexo;
- (B) a legitimação de relações informalmente construídas sob o paradigma do arranjo familiar conhecido por família mosaico;
- (C) uma violação ao direito da criança de, na falta de seus genitores, ficar aos cuidados de sua família extensa;
- (D) uma comprovação de que a guarda compartilhada é o arranjo que melhor atende às necessidades afetivas e materiais da criança;
- (E) uma confirmação da valorização do afeto como bem jurídico e elemento constitutivo de relações familiares.

Tema da redação:

Uma característica evidente dos cartuns com psicólogos é a absoluta vinculação com a psicanálise. O divã é onipresente e não são raras referências diretas a Freud e à teoria psicanalítica. E mais: a despeito de grande parte dos profissionais, pelo menos no Brasil, serem mulheres, os homens dominam os cartuns, sendo normalmente caracterizados com barba e óculos, à imagem e semelhança do "Pai" Freud. Comumente retratados como seres frios e distantes, quando não sonolentos ou displicentes, os psicólogos se limitam a escutar o sofrimento dos pacientes, permanecendo sentados, de pernas cruzadas, estáticos e impassíveis, com suas canetas e blocos de anotação na mão - ou então com placas do teste Rorschach. Quando falam, limitam-se a fazer perguntas óbvias, dar diagnósticos ("Você é bipolar") ou, então, algum conselho ou prescrição do tipo "faça isso, faça aquilo" para os pacientes. Sua autoridade é evidenciada pelos onipresentes diplomas, sempre pendurados na parede do consultório. No entanto, apesar de posarem de sabe-tudo são, algumas vezes, representados como inseguros, mal-resolvidos e até mesmo "loucos", tal qual seus próprios pacientes.



Que visão tem a sociedade brasileira dos profissionais da Psicologia?

Explique qual é essa visão, identificando os fatores que a produzem, por meio de um texto dissertativo-argumentativo, com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 30 (trinta) linhas, redigido em linguagem culta.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Realização

 **FGV PROJETOS**